



DE 2 A 6 NOVEMBRO DE 2015 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Guia de Atendimento para pessoas com necessidades especiais](#)

A relação entre a administração pública e o cidadão, deve reger-se, de entre outros, pelo Princípio da Boa Administração que visa aproximar os serviços das populações. Esta proximidade pode verificar-se, desde logo, por um atendimento personalizado por parte dos diversos intervenientes.

AMBIENTE

[Portaria n.º 395/2015 - Diário da República n.º 216/2015, Série I de 2015-11-04](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacto ambiental e revoga a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril

[Portaria n.º 398/2015 - Diário da República n.º 217/2015, Série I de 2015-11-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Agricultura e do Mar e da Saúde

Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para a atividade pecuária

[Portaria n.º 399/2015 - Diário da República n.º 217/2015, Série I de 2015-11-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Agricultura e do Mar e da Saúde

Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para atividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 4/XIII](#)

Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

Autoria Governo

[Proposta de Lei 5/XIII](#)

Regula a aplicação da contribuição extraordinária de solidariedade, durante o ano de 2016

Autoria Governo

[Proposta de Lei 6/XIII](#)

Regula a aplicação em 2016 de matérias fiscais constantes da lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2015

Autoria Governo

[Projeto de Resolução 4/XIII](#)

Recomenda ao Governo a anulação do processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF)

Autoria PCP

[Projeto de Lei 22/XIII](#)

Determina o cancelamento e a reversão do processo de fusão, reestruturação e subconcessão do serviço público de transporte público coletivo da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, SA, e do Metropolitano de Lisboa, EPE

Autoria PCP

[Projeto de Lei 23/XIII](#)

Determina o cancelamento e a reversão do processo de privatização da CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., revogando o decreto-lei n.º 69/2015, de 6 de maio

Autoria PCP

[Projeto de Lei 24/XIII](#)

Determina o cancelamento e a reversão do processo de fusão da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E. P. E., com a EP – Estradas de Portugal, S. A., e sua transformação na sociedade anónima com a denominação Infraestruturas de Portugal, S. A.

Autoria PCP

DIREITO AMINISTRATIVO

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 6/2015 - Diário da República n.º 214/2015, Série I de 2015-11-02](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Se da análise da proposta de um concorrente pode concluir-se que este pretendeu vincular-se a um contrato com a duração de 5 anos, prorrogável por iguais períodos até ao limite máximo de 30 anos, apesar de se basear em quadros previsionais de receitas e despesas calculadas a 7 anos, não é violado o disposto no n.º 2 da cláusula 6.ª do caderno de encargos do concurso, que estabelece que a concessão da exploração é efetuada pelo prazo inicial de cinco anos, não havendo motivo para exclusão de tal proposta, nos termos do disposto nos artigos 70.º, n.º 2, alínea b), e 146.º, n.º 2, alínea o), do CCP

FAMÍLIA E MENORES

[Regime Geral do Processo Tutelar Cível - Esclarecimento](#)

No passado dia 8 de setembro foi publicada a Lei n.º 141/2015 que aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível (RGPTC). Tendo sido suscitadas algumas questões relativamente à intervenção da Mediação, divulga-se documento de esclarecimento sobre a atuação do Sistema de Mediação Familiar no âmbito do RGPTC

FINANCEIRO

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Regulamento da CMVM n.º 3/2015 - Diário da República n.º 215/2015, Série II de 2015-11-03](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Regulamento da CMVM n.º 3/2015 - Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Alternativo Especializado (Revoga o Regulamento da CMVM n.º 1/2008)

[Resposta às perguntas frequentes relativas à Lei n.º 153/2015, de 14 de setembro, que regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro \(Lei dos PAI\)](#)

[Indicadores de síntese do mercado de capitais português – Outubro de 2015](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Consulta Pública n.º 5/2015](#)

Projeto de Norma Regulamentar referente aos pedidos de aprovação para a utilização de medidas relativas aos requisitos quantitativos.

FISCAL

[Portaria n.º 400/2015 - Diário da República n.º 218/2015, Série I de 2015-11-06](#)

Ministério das Finanças

Atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda aplicáveis aos bens e direitos alienados durante o ano de 2015

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-Circulado n.º 60096/2015 de 2015-10-29 - Processo de execução fiscal para cobrança de créditos das ordens profissionais.](#)

IMOBILIÁRIO

[Declaração de Retificação n.º 49/2015 - Diário da República n.º 214/2015, Série I de 2015-11-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a *Portaria n.º 309/2015*, de 25 de setembro, dos Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que procede à primeira alteração à *Portaria n.º 327/2008*, de 28 de abril, que aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos, publicada no Diário da República n.º 188, 1.ª série, de 25 de setembro de 2015

PENAL

[Acórdão n.º 476/2015 - Diário da República n.º 217/2015, Série II de 2015-11-05](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucionais as normas constantes dos artigos 119.º, 120.º, 126.º, 188.º e 190.º, todos do Código de Processo Penal, quando interpretadas no sentido de que a preterição dos prazos referidos no artigo 188.º, n.ºs 3 e 4, do aludido Código se traduz numa nulidade sanável e por isso sujeita a arguição no prazo de 5 dias subsequentes à notificação do despacho que procedeu ao encerramento do inquérito; não julga inconstitucionais as normas constantes dos artigos 7.º e 9.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro



BENEDITA KENDAL
(detalhe)
S/título, 2004
Acrílico s/tela
100 x 100 cm

Obra da Coleção da Fundação PLMJ

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Decisão de Execução (UE) 2015/1984 da Comissão, de 3 de novembro de 2015, [que estabelece as circunstâncias, os formatos e os procedimentos para a notificação ao abrigo do artigo 9.o, n.º 5, do Regulamento \(UE\) nº 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno \[notificada com o número C\(2015\) 7369\]](#)

COMISSÃO

[UE defende disposições ambiciosas na TTIP em matéria de desenvolvimento sustentável, trabalho e ambiente](#)

«O comércio diz respeito não só aos nossos interesses económicos, mas também aos valores que defendemos. É por isso que propomos uma abordagem muito ambiciosa do desenvolvimento sustentável nas negociações comerciais UE-EUA.»

[Comissão formula orientações para as transferências transatlânticas de dados e preconiza a rápida definição de um novo quadro na sequência do acórdão Schrems](#)

O acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça europeu no processo Schrems, em 6 de outubro, veio sublinhar a importância do direito fundamental à proteção dos dados, incluindo quando estes são transferidos para países terceiros.

[Previsões económicas do outono de 2015: recuperação moderada apesar das dificuldades](#)

A recuperação económica na área do euro e na União Europeia no seu conjunto, agora no seu terceiro ano, deverá prosseguir a um ritmo modesto no próximo ano, apesar do aumento das dificuldades que a economia mundial atravessa.

CONSULTA PÚBLICA

Concorrência:

[Dar às autoridades nacionais da concorrência os meios de aplicar a legislação da forma mais eficaz](#)

04.11.2015 – 12.02.2016

Energia:

[Revisão dos requisitos processuais e de informação nos termos dos artigos 41.º a 44.º do Tratado Euratom](#)

03.11.2015 – 27.10.2016

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- [Programa do Governo](#) a apresentar à Assembleia da República.
 - Três propostas de lei, para debate e aprovação na Assembleia da República, visando acautelar o equilíbrio orçamental no início do próximo ano, uma vez que no atual calendário já não será possível ter um Orçamento do Estado em vigor até ao final do corrente ano.
 - Lei Orgânica do XX Governo Constitucional
- (...)

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newsletter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contactenos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011